



Conselho Internacional do Café

102^a sessão
18 – 20 março 2009
Londres, Inglaterra

**Decisões e Resoluções adotadas
na 102^a sessão do
Conselho Internacional do Café**

18 – 20 março 2009

1. O Conselho Internacional do Café, presidido pelo Sr. David Brooks, dos EUA, reuniu-se no período de 18 a 20 de março de 2009.

Item 1: Adoção da ordem do dia e programa de reuniões

2. O Conselho adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento ICC-102-0 Rev. 2 e tomou nota do programa de reuniões.

Item 2: Admissão de observadores

3. O Conselho notou que nenhuma solicitação de status de observador fora recebida.

Item 3: Votos e credenciais

Item 3.1: Votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2008/09

4. O Conselho tomou nota da situação dos pagamentos por saldar que afetavam os direitos de voto aos 13 de março de 2009 e aprovou a redistribuição de votos no Conselho e na Junta Executiva para o ano cafeeiro de 2008/09, indicada no documento EB-3952/08 Rev. 1. O Conselho também notou que a Noruega confiara à Suíça seus votos para o ano cafeeiro de 2008/09.

Item 3.2: Credenciais

5. O Conselho notou que a Secretaria, após examinar as credenciais recebidas dos Membros, avisara ao Presidente do Conselho ter constatado que elas eram válidas

e estavam na devida forma. O Conselho decidiu aprovar o relatório sobre credenciais posteriormente distribuído, juntamente com a Lista de Delegações, como documento ICC-102-6.

Item 4: Membros

Item 4.1: Participação no Convênio Internacional do Café de 2001

6. O Conselho notou que, aos 18 de março de 2009, integravam a Organização 77 Membros, dos quais 45 eram países exportadores e 32, países importadores. A Resolução 438 prorrogara o Convênio de 2001 até 30 de setembro de 2009 para possibilitar que os Governos completassem as formalidades para participação no Acordo de 2007.

Item 4.2: Participação no Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007

7. O Secretário fez a apresentação do documento ICC-102-4, que contém um relatório sobre a situação do Acordo de 2007, e recordou aos Membros que o prazo para a assinatura do Acordo de 2007 e o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação vencia em 25 de setembro de 2009. Aos 20 de março de 2009, haviam assinado o Acordo 31 Membros exportadores e quatro Membros importadores, o último dos quais a Nicarágua, em 19 de março. Doze Membros exportadores e dois Membros importadores haviam ratificado, aceitado ou aprovado o Acordo, ou depositado notificações de aplicação provisória, o último dos quais o Panamá, que depositara um instrumento de ratificação em 12 de março. Os 12 Membros exportadores e dois Membros importadores que haviam completado todas as formalidades necessárias dispunham de 40,2% e 89,8% dos votos da respectiva categoria de Membros. Os Membros importadores haviam satisfeito as exigências para a entrada do AIC de 2007 em vigor, mas isso ainda não ocorrera no caso dos Membros exportadores. O Secretário informou aos Membros que a OIC emitira Notificações do Depositário sobre todas essas ações, e que as informações pertinentes estavam disponíveis no site da OIC (www.ico.org/pt/depositary_p.asp). As formalidades eram explicitadas no documento ED-2033/08 Rev. 1, que incluía um modelo de Plenos Poderes e modelos de instrumentos, e deviam ser seguidas com precisão, para evitar eventuais dificuldades.

8. O Secretário relatou que Timor-Leste depositara um instrumento de ratificação em janeiro de 2009, e que uma delegação do país estava participando da sessão em curso. As Filipinas haviam depositado um instrumento de adesão, que a OIC reteria até que o Conselho estabelecesse procedimentos para adesão. Diversos outros países haviam avisado ao Diretor-Executivo que estavam fazendo progresso e esperavam assinar o Acordo de 2007 e/ou depositar instrumentos antes do final do prazo de 25 de setembro de 2009.

9. O Conselho tomou nota desta informação e da necessidade de todos os Membros completarem as formalidades para participação no AIC de 2007, para que este pudesse entrar

em vigor o quanto antes. O Conselho convidou os Membros a considerar a opção de aplicação provisória para agilizar sua participação, até ser feito o depósito de um instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

10. O Diretor-Executivo apresentou o documento ED-2060/09, que contém uma comunicação do Japão, notificando à OIC que o país não iria aderir ao AIC de 2007 devido a limitações financeiras e orçamentárias, e a resposta do Diretor-Executivo. O Japão era um Membro consumidor muito importante e participara ativamente de cada Convênio desde 1962. As iniciativas da OIC haviam constituído uma contribuição importante à expansão do consumo no país. O Fundo de Promoção da OIC investira mais de US\$12 milhões em campanhas de promoção genérica e pesquisa de mercado no Japão entre 1962 e 1989. Ele visitara o Japão em 2008 e discutira o AIC de 2007 com funcionários de alto nível do Governo. Diversos Membros também haviam feito diligências para incentivar o Japão a aderir ao AIC de 2007. A OIC lamentava profundamente a decisão do Japão e ele trabalharia com os Membros para pedir ao Governo japonês que reconsiderasse sua decisão. O Japão deixaria de ser Membro em outubro de 2009 e, em sua próxima sessão, o Conselho precisaria apreciar o pedido da All Japan Coffee Association (AJCA) no sentido de continuar a ser representada na Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP).

11. O Conselho tomou nota desta informação e de uma declaração do representante do Japão sobre este assunto.

12. Na discussão deste item, os Membros notaram que o Japão era um Membro muito prezado e importante da OIC, e que sua partida seria uma grande perda para os países tanto produtores quanto consumidores. Todos eles, particularmente os países produtores, estavam passando por dificuldades financeiras, e um esforço unido era necessário para resistir à crise econômica. Sugeriu-se que o Diretor-Executivo, juntamente com os Membros, instasse as autoridades japonesas a reconsiderar sua decisão, para que o Japão continuasse a participar ou reingressasse na Organização quando a crise econômica fosse superada. Os Membros apreciavam o interesse do setor cafeeiro privado japonês em continuar a participar da JCSP.

13. O Conselho decidiu que o Diretor-Executivo deveria transmitir formalmente ao Governo japonês as opiniões dos Membros sobre a importância de o Japão permanecer na Organização, e seu desejo de que o Governo reconsiderasse sua decisão. O Diretor-Executivo também escreveria aos representantes dos Membros no Japão, com vistas à coordenação de uma démarche para transmitir estas preocupações. O Conselho também notou a importância de acentuar os benefícios da participação.

Item 4.3: Organização Interafricana do Café

14. O Diretor-Executivo disse que a Organização Interafricana do Café (OIAC) externara formalmente seu interesse em tornar-se Membro da OIC nos termos do

Artigo 5º (Participação em grupo) do AIC de 2007 (ver documento de trabalho WP-Council 185/08). O Conselho apreciara esta questão em setembro de 2008 e notara que questões como poderes, pagamento de contribuições, votos, etc. precisariam ser esclarecidas tanto no caso da OIAC como de outras organizações intergovernamentais interessadas nesta opção. Houvera mais discussões com a OIAC sobre a opção da participação em grupo sem votos, que possibilitaria a seus Estados-Membros continuar a funcionar autonomamente dentro da Organização.

15. O Conselho tomou nota desta informação. Notou, ainda, que esta questão fora discutida em novembro de 2008 na Assembléia-Geral da OIAC, e que esta decidira que a OIAC pleitearia participação em grupo nos termos do Artigo 5º. O Diretor-Executivo continuaria a explorar com a OIAC medidas práticas para a participação em grupo sob a égide do AIC de 2007, as quais seriam então apreciadas pelo Conselho.

Item 5: Situação do mercado cafeeiro

16. O Diretor-Executivo fez a apresentação de seu relatório sobre a situação do mercado (Carta do Diretor-Executivo de fevereiro de 2009) e do documento ED-2059/09, que contém uma avaliação do impacto da crise econômica mundial sobre o setor cafeeiro. Cópia de uma apresentação sobre o mercado cafeeiro mundial também foi distribuída aos Membros e disponibilizada no site da OIC. Ele disse que o impacto da crise econômica fora menor sobre o café que sobre outros produtos básicos. Nos mercados desenvolvidos, o consumo de café vinha resistindo bem, pois o café era um artigo de consumo geral que só representava uma pequena porcentagem dos gastos dos consumidores. Nos países produtores, a situação era mais diversificada. Em alguns casos, os preços haviam caído em moeda local, e isso podia estimular o consumo. Nos mercados emergentes, da Europa oriental e da Ásia sobretudo, a situação era menos clara. O poder aquisitivo era mais limitado que nos países desenvolvidos, e o consumo de café não era um costume arraigado. As compras podiam entrar em declínio em casos de desemprego generalizado e instabilidade econômica. Outros problemas tinham a ver com o acesso dos produtores a financiamento e crédito. Ele observou que os preços haviam caído cerca de 15% desde setembro de 2008 e que os níveis atuais poderiam desencorajar os agricultores de investir na produção. A produção do ano-safra de 2008/09 era estimada em 127,8 milhões de sacas. Embora fosse demasiado cedo para fornecer uma estimativa para 2009/10, uma redução significativa estava prevista, pois este era o ano-safra de baixa no ciclo produtivo bienal do Brasil, e a produção seria insuficiente para satisfazer os níveis atuais da demanda. O consumo de 2008 era preliminarmente estimado em 128 milhões de sacas. Esse volume representava um aumento de quase 3 milhões de sacas em relação ao do ano anterior, indicando um crescimento contínuo do consumo de cerca de 2,5% ao ano. O volume dos estoques iniciais dos países exportadores no ano-safra de 2008/09 era de cerca de 17,2 milhões de sacas, ante 25,3 milhões de sacas no ano-safra anterior, e os estoques estavam muito baixos nos países produtores. Em conclusão, o Diretor-Executivo disse que, apesar das quedas de preços nas bolsas de futuros em semanas

recentes, o equilíbrio oferta/demanda continuava a favorecer a firmeza dos preços do café a médio prazo. Não se esperava que a demanda sofresse muito em consequência da crise econômica mundial, mas previa-se uma redução da oferta para fins de 2009. Ele continuaria a monitorar a situação e a manter os Membros informados.

17. Na discussão deste item notou-se o problema do comportamento divergente das bolsas de futuros e dos diferenciais com o mercado à vista. As bolsas já não refletiam efetivamente os preços do café físico, e isso afetava a capacidade tanto dos importadores quanto dos produtores de cobrir seus riscos no mercado. A causa poderia ser uma falta de liquidez ou outros fatores, e um exame cuidadoso desta questão era necessário. Ao analisar a volatilidade, a OIC deveria focalizar a relação entre os preços indicativos e as bolsas de futuros, para ajudar os Membros a lidar com o problema da cobertura de riscos. Externou-se preocupação com o impacto da crise financeira sobre a receita dos cafeicultores. A inteligência de mercado era uma função essencial da OIC, sendo importante disponibilizar a análise dos dados estatísticos aos Membros, para ajudá-los a desenvolver estratégias de gestão de riscos. Era preciso continuar a focalizar o impacto da crise financeira. Seria útil dispor de informações acerca dos possíveis efeitos da crise sobre a demanda por café de melhor qualidade e café com características especiais, como o café orgânico ou certificado; acerca do consumo nos mercados existentes e emergentes; acerca das implicações dos atuais arranjos financeiros para os produtores e negociantes; e acerca do aparecimento de novos mecanismos de que os produtores precisavam. As atuais condições financeiras ilustravam a importância do novo Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro. O relatório anterior sobre o mercado cafeeiro falava na crescente importância dos cafés especiais para o desenvolvimento do consumo nos mercados tradicionais. Os produtores vinham se concentrando nos cafés especiais para conseguir melhores receitas, mas eram afetados por uma troca por produtos mais baratos pelos consumidores durante a crise. Seria útil saber se esta ainda era uma boa estratégia, e se era provável que os setores especiais retomariam sua tendência altista quando a economia mundial se recuperasse. Também se sugeriu que seria útil investigar de que formas o café vinha contribuindo para mitigar a crise nas áreas rurais – por exemplo, proporcionando oportunidades de emprego a pessoas que perderam o emprego em outros setores. Enfatizou-se a importância de manter a qualidade – os consumidores estavam à procura de menores custos, mas isso não deveria ser a expensas da qualidade. A OIC teria um papel a desempenhar no esforço para impedir que a crise levasse à mudança da estratégia adotada nos últimos anos.

18. Falou-se na necessidade de dar atenção ao impacto das mudanças climáticas sobre os países produtores. Os efeitos das mudanças climáticas também haviam sido suscitados no Seminário sobre a Broca do Café em 17 de março. Um delegado observou que em seu país os padrões meteorológicos não haviam se mantido sequer em dois anos consecutivos no último quinquênio. Esta incerteza tornava difícil para os cafeicultores planejar com antecedência e investir na produção. Seria oportuno conduzir um estudo sobre os padrões meteorológicos nas temporadas de cultivo nos países produtores e seu impacto sobre o café,

para que os Membros considerassem a possibilidade de focalizar esta questão. Sugeriu-se que, nos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague no período 7 a 18 de dezembro de 2009, todos os Membros procurassem sensibilizar suas autoridades quanto ao impacto das mudanças climáticas sobre o café, para que a questão pudesse receber atenção dos Chefes de Estado na altura.

19. O Diretor-Executivo disse que a análise do impacto da crise econômica era preliminar, mas que os cafés especiais poderiam ser mais afetados, pois atraíam preços mais altos, refletindo sua qualidade mais alta e também os custos dos distribuidores. A OIC continuaria a pesquisar esta área e a analisar a demanda, por segmento do mercado. A conferência da Specialty Coffee Association of America (SCAA) em abril de 2009 também proporcionaria uma oportunidade para o exame deste tópico. Quanto à contribuição do café ao setor rural, um exame dependeria das informações recebidas dos Membros. Com respeito à volatilidade, ele focalizaria a questão em seu relatório sobre o mercado cafeeiro de setembro de 2009 e compararia o ano cafeeiro corrente com o anterior. Na reunião do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB) e dos Organismos Internacionais de Produtos Básicos (OIPBs) em fins de março de 2009, o impacto das agências certificadoras sobre os produtos básicos seria analisado, e ele apresentaria relatório ao Conselho sobre os resultados. Quanto às mudanças climáticas, o exame da questão cabia às organizações especializadas. Ele consultaria essas organizações com vistas a obter os documentos preparatórios da Conferência de Copenhague e convidaria os países produtores com instituições de pesquisa a relatar suas experiências. Ele compararia as contribuições desses países com informações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e de outras agências, com o intuito de apresentar aos Membros, em setembro de 2009, um relatório preliminar que ajude a informar as discussões da Conferência de Copenhague. As mudanças climáticas também seriam discutidas na Conferência Mundial do Café de 2010.

20. O Conselho tomou nota desta informação. Notou, ainda, que os Membros produtores estavam convidados a enviar ao Diretor-Executivo relatórios sobre mudanças nos padrões meteorológicos nos últimos cinco a dez anos e sobre as implicações dessas mudanças para a produção de café em seus países. Finalmente, o Conselho externou seus agradecimentos pelo relatório do Diretor-Executivo, bem como pela análise preliminar do impacto da crise financeira sobre o mercado cafeeiro que figura no documento ED-2059/09, e tomou nota da estimativa final oficial da safra cafeeira do Brasil de 2008/09 e da primeira estimativa oficial de sua safra de 2009/10, reproduzidas no documento de trabalho WP-Council 190/09.

Item 6: Retrospectiva Anual de 2007/08

21. O Diretor-Executivo fez a apresentação da Retrospectiva Anual de 2007/08, que resume as atividades da Organização no último ano cafeeiro e inclui relatórios sobre o mercado cafeeiro mundial, sobre a adoção do Acordo de 2007 e sobre atividades regulares

da Organização, tais como projetos, estudos, estatística e promoção. Ele convidou os Membros a distribuir a Retrospectiva amplamente em seus países e informou que também era possível baixá-la do site da OIC. O Conselho tomou nota da Retrospectiva.

Item 7: Conferência Mundial do Café

22. O Diretor-Executivo disse que, como o Conselho decidira em maio de 2008, a Guatemala sediaria a próxima Conferência Mundial do Café, a ser realizada na Cidade da Guatemala de 26 a 28 de fevereiro de 2010. De acordo com o Artigo 21 do Convênio de 2001, o Conselho deveria decidir sobre a forma, o título, a temática e a época da Conferência, em consulta com a JCSP. O documento de trabalho WP-Council 193/09 continha um relatório sobre as propostas e preparativos para a Conferência. Ele visitara a Guatemala em outubro de 2008 para discutir as providências para o evento, que estavam bastante avançadas.

23. O representante da Guatemala fez uma apresentação sobre a Conferência. O Governo da Guatemala criara um Comitê de Organização para ajudar a preparar o evento. Encabeçavam o Comitê o Sr. Rasch Topke, no papel de Coordenador, S. Ex^a o Sr. José Ángel López Camposeco e um representante do Ministério da Agricultura. Os Chefes de Estado dos países produtores e consumidores seriam convidados a participar desta importante cúpula mundial do café. A Conferência seria realizada em dois dias e meio e seguida pelas reuniões da OIC, no período de 1^o a 4 de março de 2010. Um logotipo fora escolhido para a Conferência. Toda a ajuda possível seria prestada aos Membros no tocante à obtenção de seus vistos e a sua recepção ao chegarem. Diárias a preços favoráveis haviam sido negociadas com os hotéis, que eram mais baratos que em Londres. Informações sobre a Conferência seriam disponibilizadas na Internet. Ele convidou os Membros a deixarem reservadas as datas da Conferência e a informar os representantes do setor cafeeiro de seus países acerca do evento. Uma cópia desta apresentação do representante da Guatemala está disponível na seção de apresentações técnicas do site da OIC (<http://dev.ico.org/presents/presentation0809.htm>).

24. O Diretor-Executivo propôs que uma pequena força-tarefa fosse estabelecida para ajudar o Presidente nos preparativos, como no caso da Conferência anterior. Essa força-tarefa incluiria os Presidentes do Conselho, da Junta Executiva e da JCSP, bem como representantes dos países que sediaram as Conferências anteriores (Brasil e Colômbia), da CE, da Côte d'Ivoire, da Guatemala e de Papua-Nova Guiné. A força-tarefa estaria aberta à participação de todos os interessados e realizaria sua primeira reunião na manhã de 19 de março de 2009.

25. Após tomar nota desta informação e da composição da força-tarefa, o Conselho. O Diretor-Executivo externou seus agradecimentos ao Governo da Guatemala pelo trabalho preparatório da Conferência e decidiu designar o Presidente da Guatemala, S. Ex^a o Sr. Álvaro Colom Caballeros, Presidente da Conferência Mundial do Café.

26. Na discussão deste item, os Membros mostraram-se satisfeitos com a inclusão no programa da Conferência de temas como as mudanças climáticas, os efeitos da crise econômica, a gestão de risco e o crédito. Como tópico adicional, sugeriu-se um enfoque recíproco da sustentabilidade em questões ambientais. Seria benéfico examinar o impacto do café na conversão do uso da terra e o efeito dos polinizadores e outras espécies, não apenas no contexto da biodiversidade e do café, mas da preservação da biodiversidade do ecossistema como um todo. A questão dos jovens era de importância crítica para a futura sustentabilidade do setor cafeeiro e também deveria ser incluída. Seria útil definir um slogan para a Conferência e preparar um documento analisando o seguimento das idéias e recomendações da 2^a Conferência Mundial do Café, para que os Membros pudessem fazer um balanço do que se conseguira, e para ajudá-los a determinar questões para discussão na próxima Conferência.

27. Depois da reunião da força-tarefa em 19 de março de 2009, o Diretor-Executivo relatou que os Membros haviam discutido a mensagem da Conferência e continuariam a trabalhar com os títulos e contribuições e a desenvolver um programa, com um moderador para cada sessão. Preocupações com o futuro da economia cafeeira mundial, inclusive no tocante à qualidade e à disponibilidade da oferta, seriam focalizadas. As conclusões e recomendações da 2^a Conferência Mundial do Café seriam levadas em conta. Os Membros haviam notado que a Conferência ensinaria uma troca de opiniões com o público. Quanto ao formato da Conferência, propôs-se que a sessão inaugural fosse realizada no dia 26 de fevereiro, sexta-feira, seguida por quatro sessões nos dias 27 e 28 de fevereiro. Recomendou-se que cada Membro tivesse direito a três lugares gratuitos. O Diretor-Executivo convidou os Membros a continuarem a sugerir oradores e tópicos, e disse que um programa detalhado seria apresentado ao Conselho em setembro. O Conselho tomou nota desta informação.

Item 8: Preparativos para o Acordo de 2007

28. O Conselho notou que os documentos de trabalho WP-Council 166/08, WP-Council 177/08, WP-Council 181/08 e WP-Council 188/08, respectivamente, continham comunicações recebidas da Indonésia, dos EUA, do Grupo Africano e da Jamaica.

Item 8.1: Revisão dos Regulamentos da Organização

Regulamento da Organização

29. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento de trabalho WP-Council 165/08 Rev. 2, que contém uma versão revisada do Regulamento da Organização, refletindo as sugestões que os Membros haviam feito na última sessão. Solicitara-se aos Membros que apresentassem comentários escritos até 30 de janeiro de 2009, para que suas contribuições pudessem ser distribuídas antes da sessão do Conselho. Nenhum comentário fora recebido até essa data.

30. O Conselho passou a examinar as propostas para a revisão do Regulamento da Organização que figuram no documento de trabalho WP-Council 165/08 Rev. 2. Documentos de trabalho relativos às regras 6 (Observadores), 14 (Ordem do dia) e 35 (Comitês, órgãos subsidiários e órgãos consultivos do Conselho) foram distribuídos durante a reunião (documentos de trabalho WD-Council 17/09, 19/09, 21/09 e 22/09; WD-Council 11/09; e WD-Council 18/09 e 20/09, respectivamente). O Conselho decidiu aprovar a proposta relativa à regra 14 que figura no documento de trabalho WD-Council 11/09 e emendar a regra 66 (Pessoal). Decidiu também suprimir a regra 69 (Comunicações sobre questões financeiras e administrativas entre o Conselho, o Comitê de Finanças e Administração e o pessoal), a regra 70 (Pedidos de adesão e recomendações.), a regra 71 (Aprovação) e a proposta de uma nova regra, referente à Seleção do Diretor-Executivo. No caso da regra 13, o Conselho decidiu suprimir do parágrafo 1 o trecho entre colchetes, e acordou as propostas para a revisão das regras 6 e 35 que figuram nos documentos de trabalho WD-Council 22/09 e WD-Council 20/09, respectivamente. O texto final do Regulamento foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-7.

Estatuto e Regulamento de Finanças da Organização

31. O Presidente da Comissão de Finanças disse que, ao reunir-se em 16 de março de 2009, a Comissão examinara o documento de trabalho WP-Council 172/08 Rev. 2, que contém propostas para a revisão do Estatuto e Regulamento de Finanças da Organização. O Presidente pediu atenção para as regras 3 (Papel do Comitê de Finanças e Administração) e 6.2 (Administração do Orçamento), que ainda requeriam análise. O Conselho tomou nota desta informação. Após decidir que o texto da regra 3 poderia ser adotado, o Conselho apreciou as propostas para revisão do texto da regra 6.2 que figuram nos documentos de trabalho WD-Council 9/09, WD-Council 9/09 Rev. 2 e WD-Council 10/09. Após mais análise, o Conselho decidiu suprimir o parágrafo 2 da versão desta regra que figura no documento de trabalho WD-Council 9/09 Rev. 2, notando que, se necessário, esta questão poderia ser suscitada nas reuniões ordinárias da OIC em março e setembro. O texto final do Estatuto e Regulamento foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-8.

Item 8.2: Regulamento de Estatística

32. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento de trabalho WP-Council 179/08 Rev. 2, que contém o Regulamento de Estatística – Certificados de Origem. O Presidente da Comissão de Estatística disse que, ao reunir-se em 16 de março de 2009, a Comissão recomendara que o Conselho aprovasse este documento, sob condição de seu Anexo II ser emendado para incluir a seguinte frase adicional na casa 16: “Este Certificado destina-se exclusivamente para fins estatísticos da OIC e não confere origem ao café.” Na casa do canto superior direito do Certificado, além disso, as palavras “Certificado aprovado pela” deveriam ser substituídas por “Certificado de Origem”. Ele informou aos Membros que a Comissão de Estatística examinaria as propostas para a revisão do Regulamento de Estatística – Preços Indicativos que figuram no documento de trabalho WP-Statistics 122/08 em sua reunião de setembro de 2009.

33. O Conselho tomou nota desta informação e aprovou o Regulamento de Estatística – Certificados de Origem que figura no documento de trabalho WP-Council 179/08 Rev. 2, notando que o Regulamento deveria ser revisado para refletir as mudanças propostas pela Comissão de Estatística, e que o parágrafo 1 de sua introdução deveria ser emendado mediante substituição das palavras “todas as agências certificadoras do Diretor-Executivo” por “todas as agências certificadoras aprovadas pelo Diretor-Executivo”. O texto final do Regulamento foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-9.

Item 8.3: Termos de referência

34. O Secretário disse que a Secretaria distribuía versões revisadas de termos de referência incorporando as propostas dos Membros para os novos órgãos consultivos e comitês instituídos pelo AIC de 2007.

Órgãos consultivos

Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

35. O Conselho notou que o documento de trabalho WP-Council 167/08 Rev. 2 continha o projeto dos termos de referência para o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, que refletia as discussões do Conselho em setembro de 2008. Solicitara-se aos Membros que apresentassem comentários escritos até 30 de janeiro de 2009, para que suas contribuições pudessem ser distribuídas antes da sessão do Conselho. Nem comentários nem propostas adicionais haviam sido recebidos dos Membros antes da reunião ou feitos durante a sessão em curso. O texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-11.

Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP)

36. O Conselho notou que o documento PSCB-107/08 Rev. 2 continha uma versão revisada dos termos de referência para a JCSP, que refletia as discussões do Conselho em setembro de 2008. Solicitara-se aos Membros que apresentassem comentários escritos até 30 de janeiro de 2009, para que suas contribuições pudessem ser distribuídas antes da sessão do Conselho. Nenhum comentário adicional fora recebido até essa data. O Conselho decidiu suprimir os parágrafos 8 e 9 e emendar o parágrafo 10 do documento (ver documento de trabalho WD-Council 16/09). O texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-12

Comitês

Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado

37. O Conselho examinou o documento de trabalho WP-Council 168/08 Rev. 1, que contém uma versão revisada dos termos de referência para o Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado. Outra versão revisada foi mais tarde distribuída no documento de trabalho WD-Council 12/09. As discussões prosseguiram, e o texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-13.

Comitê de Projetos

38. O Conselho examinou o documento de trabalho WP-Council 169/08 Rev. 1, que contém a versão revisada dos termos de referência para o Comitê de Projetos. Outra versão revisada foi posteriormente distribuída no documento de trabalho WD-Council 13/09. As discussões prosseguiram, e o texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-14.

Comitê de Finanças e Administração

39. O Conselho examinou o documento de trabalho WP-Council 170/08 Rev. 1, que contém a versão revisada dos termos de referência para o Comitê de Finanças e Administração. Outra versão revisada foi posteriormente distribuída no documento de trabalho WD-Council 15/09. As discussões prosseguiram, e o texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-15.

Comitê de Estatística

40. O Conselho examinou o documento de trabalho WP-Council 171/08 Rev. 1, que contém uma versão revisada do projeto de termos de referência para o Comitê de Estatística.

Outra versão revisada foi posteriormente distribuída no documento de trabalho WD-Council 14/09. As discussões prosseguiram, e o texto final dos termos de referência foi distribuído após a sessão do Conselho no documento ICC-102-16.

41. O Conselho notou o valor das contribuições dos especialistas aos Comitês. Notou, ainda, que cada Membro poderia incluir em suas delegações às reuniões da OIC os especialistas mais habilitados para contribuir para as discussões.

Item 8.4: Plano de ação estratégico

42. O Chefe de Operações fez a apresentação de um relatório sobre a implementação do plano de ação esquemático para o Convênio de 2001 (documento ICC-101-1) e do plano de ação estratégico que figura no documento de trabalho WP-Council 173/08 Rev. 2. O plano fora revisado para refletir comentários e propostas que os Membros apresentaram em maio de 2008, bem como propostas recebidas da Jamaica (documento de trabalho WP-Council 188/08) e da Comissão de Estatística (documento de trabalho WP-Statistics 132/08) em setembro de 2008. O número de atividades fora reduzido, e as atividades, agrupadas sob quatro metas estratégicas amplas, com referência aos Artigos pertinentes do Acordo. O cronograma fora abreviado, e a aplicação contínua do plano estava prevista. Nenhuma contribuição relativa à última minuta do plano fora recebida.

43. Na discussão da Seção I do documento (Contexto e questões com que o setor cafeeiro mundial se depara), observou-se que o plano deveria articular a direção estratégica da Organização e fornecer a platéias externas uma descrição muito convincente de sua contribuição para a economia cafeeira global. O plano deveria basear-se numa avaliação direcionada e equilibrada dos desafios econômicos, ambientais e sociais antepostos ao setor cafeeiro e refletir questões essenciais que requerem atenção. A descrição das vantagens comparativas poderia ser abreviada, e elas deveriam estar ligadas a atividades. Mencionou-se que seria útil dispor de uma versão resumida do plano, com seus pontos essenciais, para apresentar às capitais e doadores potenciais. Frisou-se a importância da sustentabilidade econômica. Esforços deveriam ser envidados no tocante às ações relativas ao Objetivo 4 do Artigo 1º do Acordo de 2007. Sugeriu-se também incluir na letra “d” da página 5 uma referência aos aspectos positivos da certificação, como, por exemplo, melhores preços para os agricultores.

44. Na discussão da Seção II (Metas estratégicas e atividades propostas), observou-se de forma geral que, embora cobrindo uma série abrangente de atividades no domínio do café, o plano incluía mais de 40 ações, e estas poderiam não ser factíveis. Mais trabalho era necessário para tornar a Seção mais funcional. Na Meta 1, por sua vez, não estava claro o que eram políticas cafeeiras internacionais. Estas faziam parte das mais importantes prioridades da Organização, e deveria deixar-se claro o que elas envolviam e como seriam desenvolvidas. Na Atividade 10, Meta 2, deveria dar-se menos ênfase à certificação e

verificação e acrescentar-se ao texto referências a custos de produção, produtividade, estoques globais, produção mundial e consumo mundial. Dados estatísticos de fontes externas deveriam ser usados para complementar lacunas nos dados da OIC. A questão dos obstáculos ao comércio e ao consumo carecia de atenção. Com respeito à Meta 3, a implementação de projetos, como função essencial da OIC, precisava estar adequadamente refletida na alocação de recursos, e o desenvolvimento do papel da OIC como Agência de Execução de Projetos (AEP) não era prioritário. Com respeito à Meta 4, uma referência ao meio ambiente seria apropriada, pois o setor do café sustentável envolvia aspectos econômicos, sociais e ambientais, e era preciso dedicar mais trabalho ao estabelecimento de indicadores. Sugeriu-se que a identificação de medidas destinadas a conseguir uma remuneração justa para os produtores deveria ser incluída na página 10. Também se sugeriu introduzir no plano previsão da promoção de pesquisa científica em toda a cadeia do café, incluindo usos alternativos para o café de baixa qualidade e os subprodutos do processamento. Além disso, o plano deveria enfatizar a necessidade de maior transferência tecnológica e cooperação técnica, em particular entre os países produtores, para melhorar a remuneração dos produtores.

45. Com respeito à Seção III (Acompanhamento e avaliação), o modelo de avaliação seria importante para possibilitar aos Membros avaliar até que ponto as metas foram alcançadas. Além da Retrospectiva Anual, mais trabalho era necessário para tornar o processo mais transparente e eficaz em termos da apresentação de relatórios periódicos sobre o andamento das atividades prioritárias para o desenvolvimento da economia cafeeira global.

46. O Conselho tomou nota desta informação. Notou, ainda, que um grupo de Membros que compreendia o Brasil, a CE, a Côte d'Ivoire, a Colômbia, a Etiópia, os EUA, a Guatemala, a Índia, Papua-Nova Guiné e a Suíça trabalharia no projeto do plano, com vistas a apresentar uma versão revisada ao Conselho, para apreciação em setembro de 2009. O Grupo estava aberto à participação de todo Membro que em qualquer altura pudesse contribuir para seu trabalho.

Item 8.5: Estratégia de desenvolvimento para o café

47. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento de trabalho WP-Council 191/09, que contém a versão revisada de uma estratégia de desenvolvimento para o café, para a atenção dos Membros. O Manual do FCPB (ver Anexo VIII) preceitua uma estratégia clara de desenvolvimento para cada OIPB, que deve passar por revisão a cada cinco anos e ser atualizada se a mudança de circunstâncias o exigir. O Diretor-Executivo convidara os Membros a, até 19 de dezembro de 2008, enviar contribuições para a atualização da atual estratégia de desenvolvimento para o café (ver documento ED-2050/08), mas nenhuma contribuição fora recebida até essa data. O documento revisado continha elementos da atual

estratégia (documento EB-3768/01 Rev. 3), das conclusões do workshop do FCPB e da OIC sobre prioridades para o desenvolvimento do café (documento CFC/ICO-8/06), do Acordo de 2007 e de outros documentos pertinentes.

48. Na discussão deste item, observou-se que o documento em foco era central para o trabalho da OIC. A exposição clara das áreas estratégicas que se via no documento facilitaria o trabalho do Comitê Virtual de Revisão (CVR). Convinha que o documento desse atenção às limitações ao acesso dos pequenos agricultores a financiamento, particularmente em vista da escassez de crédito e que as soluções para o financiamento da produção de café pelos pequenos produtores fossem enfatizadas, pois 85% do café mundial era produzido em terrenos de dois a cinco hectares. Também se sugeriu que a estratégia fosse a base do plano de ação estratégico, e que a força-tarefa estabelecida para examinar o plano analisasse os dois documentos como base de um roteiro para a OIC. O FCPB agora estava priorizando empréstimos em vez das doações, e a OIC deveria considerar o impacto desta circunstância sobre seu trabalho. Também se enfatizou que, para ser sustentável, o setor cafeeiro precisava ser economicamente viável, e que maior consumo era um importante meio de conseguir esta meta. Um projeto anterior sobre o consumo interno fora rejeitado pelo FCPB. Se a posição do FCPB se mantivesse inalterada, seria ainda mais importante explorar outras fontes de financiamento.

49. O Conselho notou que os Membros teriam uma oportunidade de contribuir para a revisão ulterior deste documento antes que ele fosse discutido com o FCPB. Como os demais documentos estratégicos, ele poderia ser atualizado a qualquer momento no futuro. Por último, notando que o Diretor-Executivo propunha pôr em relevo a necessidade de pesquisa e desenvolvimento na reunião do FCPB e das OIPBs em abril de 2009, o Conselho convidou os Membros a fazerem sugestões a serem suscitadas nessa reunião.

Item 9: Projetos de desenvolvimento cafeeiro

Item 9.1: Projetos para a aprovação do Conselho

Reabilitação qualitativa e quantitativa do café para melhorar as condições de vida dos cafeicultores afligidos e deslocados pela guerra, possibilitar seu retorno a suas áreas de origem e proteger seu ambiente biofísico na República Democrática do Congo

50. O Presidente da Junta Executiva disse que a Junta examinara o relatório do CVR sobre uma proposta revisada do projeto acima, que figura no documento de trabalho WP-Board 1055/08. A Junta decidira recomendar que o Conselho aprovasse a proposta. O Conselho tomou nota desta informação e decidiu aprovar a proposta, para apresentação ao FCPB pleiteando financiamento.

Melhoria da qualidade do café na África oriental e central: Intensificação das práticas melhoradas de processamento na Etiópia e em Ruanda; e Produção de café sustentável pelos pequenos agricultores da Etiópia: Um enfoque integrado visando à melhoria da qualidade, redução da pobreza e conservação da biodiversidade

51. O Presidente da Junta Executiva disse que os Membros haviam examinado as duas propostas acima (documentos de trabalho WP-Board 1053/08 e WP-Board 1052/08) em setembro de 2008. O Conselho decidira que os conceitos dos dois projetos deveriam ser fundidos num único conceito e que termos de referência deveriam ser preparados e apresentados ao FCPB, pleiteando financiamento para a elaboração de uma proposta de projeto detalhada, para exame pelo Conselho. Em janeiro de 2009, o CABI apresentara uma proposta revisada do projeto “Melhoria da qualidade do café na África oriental e central: Intensificação das práticas melhoradas de processamento na Etiópia e em Ruanda”. Essa proposta não incluía elementos da segunda proposta, como sugerido pelo Conselho, e fora apresentada depois do vencimento do prazo para sua apresentação, em 19 de dezembro de 2008. Em fevereiro de 2009, O Governo da Etiópia avisara à OIC que estava apoiando apenas a proposta do CABI, pois a outra proposta não atendia a exigências internas do país com respeito a assistência financeira de parceiros de desenvolvimento. A Junta Executiva decidira que, seguindo os procedimentos observados na avaliação de projetos, a proposta revisada deveria primeiro ser examinada pelo CVR, que, então, poderia encaminhar sua recomendação diretamente ao Conselho.

52. O Conselho tomou nota desta informação. Tomou nota, ainda, de uma declaração do representante da Etiópia, solicitando ao Conselho que aprovasse a proposta na sessão em curso, em vista da importância do projeto e para evitar mais atrasos. Na discussão deste item, observou-se que os procedimentos de avaliação de projetos deveriam ser seguidos, e que a proposta revisada deveria primeiro ser analisada pelo CVR. Também se observou que o CVR inicialmente apoiara a segunda proposta, intitulada “Produção de café sustentável pelos pequenos agricultores da Etiópia: Um enfoque integrado visando à melhoria da qualidade, redução da pobreza e conservação da biodiversidade”. Houvera uma divisão no CVR quanto a recomendar se a proposta do CABI deveria ser revisada ou rejeitada, e o Conselho posteriormente decidira que as duas propostas deveriam ser amalgamadas. Diversos Membros manifestaram seu apoio à proposta do CABI, que beneficiaria a África oriental e central, e notaram a necessidade de evitar atrasos na apresentação da proposta ao FCPB. Certa flexibilidade com respeito aos procedimentos para a análise de projetos era necessária.

53. O Diretor-Executivo sugeriu que, em vista do apoio manifestado pela proposta, se solicitasse ao CVR que, em caráter prioritário, a examinasse dentro de 30 dias após a sessão, para ela então poder ser apresentada ao FCPB dentro dos prazos estabelecidos. Se o CVR a considerasse suficientemente revisada, a proposta poderia ser apresentada diretamente ao FCPB. Se, porém, o CVR considerasse que mais revisão era necessária, a OIC precisaria de

orientação sobre como proceder. Observou-se que deveria ficar claro que esta situação não constituía um precedente para propostas futuras, e que o resultado do exame da proposta pelo CVR deveria ser comunicado aos Membros.

54. O Conselho decidiu aprovar a apresentação da proposta ao FCPB, sob condição de ela ser avaliada pelo CVR dentro dos próximos 30 dias. O Conselho notou que a Secretaria comunicaria aos Membros o resultado da avaliação da proposta pelo CVR. Notou, ainda, a sugestão de enviar os comentários do CVR à Etiópia e de esclarecê-los bilateralmente, para facilitar o exame da proposta pelo FCPB.

Item 9.2: Projetos já aprovados pelo FCPB

55. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento ICC-102-3, que contém relatórios sobre o andamento da implementação dos projetos já aprovados pelo FCPB. Ele informou aos Membros que os resultados de três projetos do FCPB e da OIC haviam sido apresentados à 5ª Conferência Africana da Ciência do Café, realizada em Kigali, Ruanda, em fevereiro de 2009, para tratar do tema “Ligando os resultados da pesquisa aos meios de vida dos pequenos agricultores na África”. Tratava-se dos projetos “Melhoria da produção cafeeira na África pelo controle da traqueomicose do café”, “Melhoria da qualidade do café na África oriental e central através de melhores práticas de processamento em Ruanda e na Etiópia” e “Manejo integrado da broca branca do cafeeiro em pequenas propriedades na Índia, no Malauí e no Zimbábue”.

56. A representante do UNOPS fez uma apresentação sobre a implementação do projeto “Financiamento experimental de curto e médio prazo para pequenos cafeicultores no Quênia” e convidou os Membros para uma demonstração do software do projeto após a sessão do Conselho. Cópias dessa apresentação podem ser baixadas da área de apresentações técnicas do site da OIC. A representante enfatizou que urgia lidar com o componente do risco de preços, que não fora coberto pelo projeto em sua forma atual. Essa circunstância fora destacada na sessão anterior do Conselho. O componente de informática precisava ser ampliado, e ela pediu apoio para a difusão ampla do produto a regiões fora da área piloto, em outros países inclusive, para beneficiar outros agricultores. Finalmente ela notou a necessidade de replicar o modelo, para uso com outros produtos agrícolas.

57. Na discussão deste item, os Membros externaram seus agradecimentos por esta apresentação informativa. O projeto “Gestão de risco dos preços do café na África oriental e meridional” fora aprovado pelo FCPB em 2001 e, como o Banco Mundial já não estava disposto a atuar como AEP, solicitara-se ao FCPB que transferisse o orçamento deste projeto para reforço do componente de gestão de risco do projeto em discussão. Isso permitiria que ele não perdesse seu ritmo. Permitiria também que as informações a serem compartilhadas com os países da região fossem usadas com outros produtos básicos. A OIC deveria se

esforçar ao máximo para agilizar a possibilidade de apoiar o componente de gestão de risco. Observou-se que a questão da gestão de risco dos preços seria objeto de exame pelo Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro.

58. O Conselho tomou nota desta informação e do documento ICC-102-3.

Item 10: Seminário sobre a broca do café (BC)

59. O Chefe de Operações disse que o Dr. Romano Kiome, do Quênia, presidira o Seminário da OIC sobre a Broca do Café realizado em 17 de março de 2009, terça-feira, com o objetivo de informar os Membros acerca dos resultados de iniciativas para combater a praga, das últimas novidades em medidas de controle, e de questões regionais associadas com a broca do café. Uma cópia do relatório do Presidente foi distribuída aos Membros e posteriormente divulgada no documento ICC-102-5.

60. Na discussão deste item, os Membros externaram seus agradecimentos ao Dr. Kiome por presidir o Seminário, aos excelentes oradores pela qualidade e amplitude de suas apresentações bem focalizadas e informativas, e à Secretaria por organizar o evento. O Seminário não só pusera em relevo as melhores práticas e as lições aprendidas numa área de interesse vital para o setor cafeeiro, como também facilitara uma troca proveitosa de opiniões. Contemplando o futuro, o Seminário suscitara uma série de opções para a pesquisa ulterior e de questões como, por exemplo, a questão da água e das mudanças climáticas. Enfatizou-se a necessidade de dar a mais ampla divulgação possível aos resultados do Seminário e de disponibilizar suas apresentações no site, para consulta pelos produtores. Era preciso dar seqüência ao Seminário e considerar como usar as informações proporcionadas pelos oradores e quais as próximas medidas que a OIC deveria tomar nesta área. Os Membros preocupavam-se com o alastramento da praga, que trazia grandes prejuízos econômicos aos agricultores. Um projeto global sobre os métodos mais eficazes para enfrentá-la poderia ser considerado. As informações proporcionadas pelos oradores extrapolavam o âmbito dos projetos anteriores. Uma caixa de ferramentas, com diferentes informações e métodos para reduzir os prejuízos causados pela praga, poderia ser considerada. A questão era ligada à genética e à possível extinção de algumas espécies de café devido ao desmatamento. A OIC poderia ajudar a estabelecer uma coleção de genes da família *Rubiaceae* em países como a Etiópia e a coordenar um programa de germoplasma. Este seria um projeto atraente para muitos países, além de ligado à questão das mudanças climáticas. Também se observou que o Seminário indicara a necessidade de mais pesquisa, e que seria importante desenvolver uma proposta apresentada pelo Programa Regional para o Desenvolvimento e a Modernização da Cafeicultura da América Central, Panamá, República Dominicana e Jamaica (PROMECAFÉ) e aprovada pelo Conselho em maio de 2008. Outros países, entre os quais a Indonésia e o México, estavam interessados em participar deste projeto. Os Membros também notaram que seria útil trocar informações com o CABI, que atualmente estava implementando um projeto sobre a BC em Papua-Nova Guiné.

61. O Diretor-Executivo disse que a proposta para o Seminário resultara de uma enquete sobre pragas e doenças realizada pela OIC, que indicara que a BC era um grande problema para os países produtores (documento EB-3948/08). Com respeito ao genoma do café, a Rede Global de Genômica do Café (ICGN) fizera uma apresentação sobre o tópico à Junta Executiva, que externara seu apoio total à idéia de levar adiante esta iniciativa. A OIC continuaria a trabalhar com os Membros no desenvolvimento de uma proposta formal para os doadores.

62. O Conselho tomou nota desta informação. Notou, ainda, que as apresentações e demais documentos do Seminário podiam ser baixados do site da OIC.

Item 11: Estudos e relatórios

Item 11.1: Estudo sobre os preços dos fertilizantes

63. O Conselho notou que o documento ICC-102-2 contém um estudo sobre o impacto dos preços dos fertilizantes sobre o café. Notou, ainda, que os Membros estavam convidados a encaminhar eventuais comentários sobre este documento à Secretaria.

Item 11.2: Estudo sobre o consumo nos países não-membros

64. O Conselho notou que o documento ICC-102-1 contém um estudo sobre o consumo de café nos países não-membros. Notou, ainda, que os Membros estavam convidados a encaminhar eventuais comentários sobre este documento à Secretaria.

**Item 12: Relatório do Presidente da
Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP)**

65. A Presidente da JCSP, Sr^a Florence Rossillion, da Federação Europeia do Café (FEC), disse que a Junta se reunira em 16 de março de 2009. O Diretor-Executivo apresentara relatório sobre o mercado cafeeiro mundial. Com respeito a estatística, a JCSP frisara a necessidade de conseguir maior transparência e de robustecer os dados sobre o consumo interno nos países produtores e consumidores. A JCSP notara que os diferenciais haviam alcançado níveis recordes e que mais informações eram necessárias, apesar das dificuldades em coletá-las. Os Membros haviam sido convidados a fazer sugestões para o aprimoramento dos dados estatísticos. Com respeito à segurança alimentar, a JCSP notara que ainda se aguardava o documento da UE sobre a ocratoxina A (OTA), e que a República da Coreia impusera limites ao teor de OTA no café verde. O Comitê do Codex sobre Contaminantes em Alimentos (CCCF) examinaria o projeto de um código de prática relativo à OTA quando se reunisse em março de 2009. No caso da acrilamida, não havia alterações significativas a relatar. Com respeito ao furano, as discussões com as autoridades da Europa ainda estavam no começo. A JCSP recebera um relatório sobre o Programa de Melhoria da Qualidade do

Café (PMQC) e ouvira uma apresentação sobre o novo sistema de classificação da NYSE Liffe. O Diretor-Executivo apresentara relatório sobre a situação do AIC de 2007 e informara à Junta que o Japão não iria aderir ao AIC de 2007. A Junta externara seu pesar ante a decisão do Japão. Ela notara que a AJCA ainda desejava permanecer na JCSP e pedira que ela continuasse a participar da JCSP. A Presidente notou que as associações do setor privado tinham pouca influência sobre os Governos e não podiam interferir nas decisões políticas. A JCSP também pedia ao Conselho que lhe permitisse convidar especialistas para prestarem consultoria técnica em suas reuniões.

66. A Presidente também relatou que JCSP ouvira apresentações sobre o Programa “Positively Coffee” e o Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde feitas pela nova Coordenadora, Sr^a Joanna Scott. O Programa “Positively Coffee” estava sendo analisado, após seis anos de operação. Nos mercados europeus, a maioria das associações não tirava benefícios significativos, pois essas associações tinham seus próprios programas e sites específicos, e era preciso cuidado com respeito ao conteúdo científico e à mensagem do Programa. Os representantes de outros mercados reconheciam enfaticamente o valor desta iniciativa. Havia financiamento para 2009, e o ISIC em breve concluiria uma análise do Programa. A JCSP também havia recebido um relatório sobre a Conferência Mundial do Café e discutido temas e tópicos como as mudanças climáticas e as pegadas de carbono e hídricas. Os representantes da ICGN haviam feito uma apresentação sobre o seqüenciamento do genoma do café e solicitado à JCSP e à OIC apoio para esta iniciativa. Finalmente, ela relatou que havia na JCSP uma vaga a ser preenchida por uma associação de um país importador, e que se solicitara aos representantes da JCSP que informassem a seus Governos se desejavam ser redesignados para os próximos dois anos cafeeiros, para possibilitar que o Conselho apreciasse esta questão em sua 103^a sessão, em setembro de 2009.

67. Na discussão deste item, observou-se que a participação na OIC envolvia custos, e que a participação gratuita em atividades como a JCSP não poderia continuar indefinidamente. Também se observou que a representação de países não-membros na JCSP era regulamentar, e que essa representação atualmente incluía uma associação de um país não-membro. Houve uma comunicação de um membro da JCSP, o Conselho Nacional do Café do Brasil, que foi posteriormente distribuída como PSCB-114/09. Notou-se que o documento não refletia a posição oficial do Brasil.

68. O Conselho tomou nota deste relatório.

Item 13: Relatório do Presidente da Comissão de Estatística

69. O Presidente da Comissão de Estatística, Sr. Jaime Junqueira Payne, do Brasil, disse que a Comissão se reunira em 16 de março de 2009 (o relatório foi posteriormente distribuído como documento de trabalho WP-Statistics 137/09). Como a eleição do novo Presidente

da Comissão fora adiada até setembro de 2009, o Sr. Payne presidira essa reunião. A Comissão apreciara um relatório sobre o cumprimento do Regulamento de Estatística da OIC. O desempenho de modo geral era satisfatório, mas o fornecimento de estimativas da produção e do consumo interno continuava deficiente, e os Membros exportadores eram instados a melhorar seu desempenho. A Secretaria continuaria a se esforçar para conseguir que dois Membros importadores, a Bulgária e a Hungria, fornecessem dados sobre seu comércio de café. Com respeito ao preparo de um manual de melhores práticas por Membros exportadores selecionados, a Secretaria pediria a esses Membros que a pusessem a par do avanço desta tarefa. O Brasil reiterara sua oferta de prestar assistência aos países africanos através do escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Gana, e os Membros interessados deveriam apresentar propostas formais ao Diretor-Executivo, que então as encaminharia ao Governo brasileiro. A pedido do Vietnã, o Diretor-Executivo ajudaria o país a realizar um workshop sobre questões estatísticas e de qualidade. Esta iniciativa também interessava à Indonésia, que apresentaria um pedido formal de assistência ao Diretor-Executivo.

70. A Comissão recomendara a aprovação do documento de trabalho WP-Council 179/08 Rev. 2, com algumas emendas (ver parágrafo 32 acima), e examinaria o Regulamento de Estatística – Preços Indicativos em setembro de 2009. A Comissão discutira o Artigo 2º do AIC de 2007 em sua reunião de 16 de março e recomendara que os fatores de conversão não fossem alterados, exceto no caso da conversão do café verde descafeinado em café verde, em que o fator de conversão deveria passar a ser 1,05. O Diretor-Executivo consultaria os Membros sobre esta proposta.

71. A Comissão recebera relatórios sobre estoques nos países importadores e exportadores, sobre o café orgânico, e sobre exportações com destino aos países exportadores. No caso destas últimas, enfatizou-se a necessidade de todos os Membros exportadores começarem a fornecer relatórios sobre suas importações de café tão logo quanto possível. A Comissão notara que dados sobre as re-exportações intra-UE deixariam de ser fornecidos muito em breve, e que a UE passaria então a ser tratada como um mercado único para fins estatísticos. A Comissão também solicitou aos Membros exportadores que, tão logo quanto possível, fornecessem informações atualizadas sobre as agências certificadoras e portos dos quais o café é exportado (ver documento de trabalho WP-Council 174/08), bem como informações sobre os custos de produção, como solicitado no documento ED-2038/08.

72. O Conselho tomou nota desta informação e externou seus agradecimentos ao Presidente por seu relatório. O Conselho notou que os Membros africanos interessados em receber assistência do escritório da EMBRAPA em Gana deveriam apresentar propostas formais ao Diretor-Executivo, que transmitiria essas propostas ao Governo brasileiro. Notou, ainda, que a CE solicitara à Hungria e à Bulgária que fornecessem as informações necessárias

à OIC. Com respeito às informações estatísticas do Japão, o Conselho notou que a OIC tomaria as medidas necessárias para garantir a continuação do recebimento dos dados estatísticos, fosse do Governo, fosse do setor privado do país.

Item 14: Comitê de Promoção

73. O Presidente do Comitê de Promoção relatou que o Comitê se reunira em 17 de março de 2009. O Comitê havia recebido um relatório sobre a implementação da rede da OIC para promoção do consumo de café e notado a necessidade de encontrar mais mediadores. O Comitê também recebera um relatório sobre programas para promover o consumo de café. Esses programas eram baseados no Guia Detalhado para Promoção do Consumo de Café, que fora financiado pelo Fundo de Promoção, e haviam atraído investimentos de mais de US\$30 milhões, em resultado do investimento inicial de US\$300.000. O Diretor-Executivo apresentara relatório sobre os programas relativos ao café e à saúde. No caso do Programa “Positively Coffee”, os Membros exportadores precisariam discutir o futuro do Programa e de sua participação. Os Membros exportadores haviam aprovado as Contas do Fundo de Promoção e do Fundo Especial relativas ao ano cafeeiro de 2007/08. A questão da recapitalização do Fundo de Promoção fora suscitada, e os Membros haviam sido convidados a apresentar propostas para exame na próxima reunião. No caso do Fundo Especial, os Membros exportadores haviam decidido que os recursos não deveriam ser usados por enquanto. O relatório sobre a reunião do Comitê de Promoção foi posteriormente distribuído como documento PC-54/09.

Item 15: Questões fitossanitárias

74. O Chefe de Operações informou aos Membros que o CCCF se reuniria no período de 23 a 27 de março de 2009 e discutiria o projeto de um código de prática para a prevenção e redução da contaminação do café pela OTA, que fora preparado por um grupo de trabalho eletrônico presidido pelo Brasil. Uma cópia do documento em questão (documento CX/CF/09/3/8) poderia ser fornecida aos Membros pela Secretaria, mediante solicitação. A OIC apresentara diversos comentários sobre o projeto do código, entre os quais a observação de que, em vista da referência a um teor máximo de umidade de 12,5% na Resolução 420, seria preferível harmonizar o projeto do código com a Resolução 420 e emendar o limite proposto de 12% para 12,5%. Além disso, a OIC notara que a Resolução 420 especificava que o teor de umidade deveria ser medido usando o método ISO 6673, que era relevante para evitar as divergências que pudessem resultar de diferenças de equipamento e processos de análise.

75. O Chefe de Operações também relatou que, como se notara na reunião da JCSP de 16 de março, limites máximos da OTA vinham sendo aplicados pela República da Coreia desde 16 de dezembro de 2008. Esses limites eram idênticos aos limites máximos da UE no caso do café torrado e solúvel. No caso do café verde, um limite de 5 ppb havia sido

introduzido, e havia preocupações com a propriedade desta medida. Com respeito à acrilamida, o projeto de um código de prática estava sendo considerado pelo Codex. Finalmente, ele relatou que o Comitê do Codex sobre Princípios Gerais examinaria a versão revisada de um código de ética para o comércio internacional de alimentos em sua 25ª sessão, no período de 30 de março a 3 de abril de 2009. A meta era estabelecer princípios para a conduta ética do comércio internacional de alimentos e, assim, proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio de alimentos. O Conselho tomou nota desta informação.

Item 16: Cooperação com outras agências

76. O Chefe de Operações disse que o Diretor-Executivo participaria da reunião ordinária anual do FCPB e dos OIPBs, que se realizaria em Beijing em 30 e 31 de março de 2009, e convidou os Membros a apresentar questões a serem suscitadas na reunião. Ele também informou aos Membros que uma reunião do Comitê da FAO sobre Problemas dos Produtos Básicos estava agendada para o período de 20 a 22 de abril de 2009, em Roma. Funcionários da OIC haviam visitado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em fevereiro de 2009, para discutir a cooperação entre as duas organizações e, inclusive, a revisão do Memorando de Entendimento. O PNUMA prepararia uma lista de prioridades para cooperação e fora convidado a fazer uma apresentação ao Conselho em setembro de 2009. A OIC apresentara um trabalho acerca do impacto da crise econômica sobre o setor cafeeiro, que ela preparara para uma reunião organizada pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 23 de janeiro de 2009. Em 8 de abril de 2009 o Diretor-Executivo participaria na UNCTAD de um processo de consultas com participação múltipla sobre questões de comércio e desenvolvimento relativas ao café. Esse processo proporcionaria uma oportunidade de dar atenção às questões mais prementes com que a economia cafeeira mundial se defronta. Finalmente, ele disse que a UNCTAD convidara a OIC a examinar um estudo de caso relativo ao café para seu Relatório Mundial sobre Investimentos de 2009, que lidaria com “Corporações Transnacionais, Produção Agrícola e Desenvolvimento”.

77. O Conselho tomou nota desta informação. Notou, ainda, a importância da colaboração com outras agências.

Item 17: Políticas cafeeiras nacionais

78. O representante da Colômbia fez uma apresentação sobre os programas de renovação da cafeicultura colombiana. A estratégia incluía um Programa de Competitividade destinado a manter a produtividade dos cafezais em áreas específicas, e um Programa de Permanência, Sustentabilidade e Futuro destinado a renovar cafezais em processo de envelhecimento em áreas de cafeicultura convencional. Uma estratégia para incentivar o uso de

fertilizantes também fora implementada. Os programas de renovação alcançariam pelo menos 100.000 hectares anualmente e um nível de produção de 17 milhões de sacas em 2014. Cópias desta apresentação podem ser baixadas do site da OIC.

79. O Conselho externou seus agradecimentos por este relatório e notou os benefícios de aprender com as experiências e estratégias de outros Membros. O Conselho notou, ainda, que o programa visava a melhorar as lavouras existentes, para garantir a sustentabilidade futura do setor e aumentar a competitividade, e não a expandir o parque cafeeiro.

Item 18: Questões financeiras e administrativas

Item 18.1: Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2007/08 e Relatório de Auditoria

80. Por recomendação da Junta Executiva, o Conselho decidiu aprovar as Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2007/08 e o Relatório de Auditoria, que figuram no documento EB-3957/09.

Item 18.2: Outras questões financeiras e administrativas

81. O Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Mick Wheeler, de Papua-Nova Guiné, disse que a Comissão se reunira em 16 e 19 de março. Um relatório sobre a reunião de 16 de março fora apresentado à Junta Executiva. Na reunião de 19 de março, a Comissão discutira a versão revisada de um projeto de Orçamento (documento de trabalho WP-Finance 67/09 Rev. 1), uma cópia da qual foi distribuída na sessão, para possibilitar aos Membros discutir o projeto em suas capitais antes da próxima sessão do Conselho em setembro de 2009. A Secretaria também preparara uma análise de custos das atividades, que fora examinada pela Comissão de Finanças. A Comissão inquiria se a soma de £31.000 alocada para o programa de atividades (documento de trabalho WP-Council 192/09) seria suficiente para o trabalho da Organização sob o AIC de 2007, e se recursos adicionais deveriam ser alocados para a rubrica em pauta. Ele convidou os Membros a examinar o programa e propor atividades para 2009/10. A Comissão voltaria a se reunir em setembro de 2009 para finalizar o Orçamento e formular suas recomendações ao Conselho.

82. Na discussão do programa de atividades, observou-se que ele se baseava no plano de ação estratégico, que ainda não havia sido acordado pelo Conselho. O programa anual de atividades, que determina as prioridades e recursos para o próximo ano cafeeiro, deveria ser definido quando o plano fosse finalizado, e estava ligado ao Orçamento. Era preciso que ele demonstrasse o valor da Organização para os Membros. Sugeriu-se que seria útil produzir mais estudos sobre tópicos como a volatilidade e outros, que deveriam constituir um item periódico. O programa regular também deveria refletir as disposições relativas ao Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro. Havia necessidade de mais ação com

respeito a melhores práticas numa gama de áreas como, por exemplo, o financiamento do setor cafeeiro e a partilha de informações sobre novidades tanto nos países consumidores como produtores. O programa precisava, ainda, proporcionar orientação à Secretaria no tocante ao trabalho dos novos Comitês. Com respeito a informações estatísticas adicionais e à necessidade de dar atenção a lacunas e cooperar com outras organizações, esses aspectos tinham implicações em relação ao tempo dos funcionários e aos recursos. No caso dos projetos, esta era uma área importante do trabalho da OIC. Com respeito aos critérios para a seleção de projetos, não estava claro como as prioridades seriam estabelecidas na prática, se pelo Conselho ou pelo Comitê de Projetos. No caso da sustentabilidade, o programa não ia muito além do que estava no Acordo. Os indicadores previstos no programa eram os resultados – e não orientados pelos resultados –, e poderiam ser melhorados a este respeito. No caso da certificação e da verificação estas atividades deveriam ser levadas a cabo pelo setor privado e não pela OIC, como um Membro frisara em reuniões anteriores.

83. Sugeriu-se que, quando os recursos eram caracterizados como “regulares”, esta circunstância fosse esclarecida em termos de tempo do pessoal. A alocação de recursos era muito limitada em algumas áreas, como, por exemplo, a quantia destinada a treinamento em informática. Era questionável se esta atividade beneficiaria países que não possuíam redes de informática bem desenvolvidas.

84. O Diretor-Executivo notou que grande parte do trabalho no programa de atividades era levado a cabo pelo pessoal da OIC como parte de suas responsabilidades quotidianas. Notou, também, que a implementação de novas atividades na vigência do AIC de 2007 poderia exigir mais funcionários. O Conselho tomou nota deste relatório e da necessidade de os Membros encaminhar à Secretaria suas observações sobre o programa de atividades.

Item 19: Outros assuntos

Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

85. O Conselho tomou nota de uma solicitação de que o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro fosse lançado em setembro de 2009. Os Membros poderiam trabalhar com o Diretor-Executivo no que dissesse respeito a convites a oradores e a outras providências. Observou-se que o Fórum só começaria a funcionar com o AIC de 2007, que ainda não entrara em vigor. Sugeriu-se que seria útil iniciar preparativos para o Fórum, em vista do impacto da crise econômica sobre os produtores a curto e médio prazos, e que uma reunião preparatória ou pré-reunião do Fórum poderia ser realizada. O AIC de 2007 poderia entrar em vigor a qualquer momento, e era importante adiantar o trabalho do Fórum. O Conselho notou que o Presidente trabalharia com a Secretaria para assegurar que a questão do Fórum Consultivo fosse apreciada pelos Membros em setembro de 2009.

Item 20: Reuniões futuras

Côte d'Ivoire

86. O Conselho notou que, em setembro de 2008, o Governo da Côte d'Ivoire convidara o Conselho a realizar sua 103^a sessão na Côte d'Ivoire. O representante da Côte d'Ivoire fez uma apresentação sobre esta questão, uma cópia da qual pode ser fornecida pela Secretaria.

87. Na discussão desta questão, observou-se que, como a Conferência Mundial do Café se realizaria na Guatemala em 2010, seria preferível não realizar duas sessões consecutivas do Conselho fora da sede da OIC. Também se notou que, por razões orçamentárias, as reuniões deveriam normalmente ser realizadas na sede da OIC. O Conselho notou que a Côte d'Ivoire estaria disposta a sediar uma sessão do Conselho em 2011 e decidiu aceitar seu convite para realizar uma sessão na Côte d'Ivoire em março de 2011, notando que as datas provisórias para esta reunião seriam 21 a 25 de março de 2011.

Datas das reuniões futuras

88. O Conselho tomou nota do documento de trabalho WP-Council 189/09, que indica as datas das reuniões de 2009/10 e 2010/11, e notou que sua próxima sessão seria realizada em Londres no período de 21 a 25 de setembro de 2009.